

## O PODER SIMBÓLICO NA POLÍTICA DE GOIÁS: A CONSAGRAÇÃO RELIGIOSA DA NOVA CAPITAL

### THE SYMBOLIC POWER IN GOIAS' POLITICS: THE RELIGIOUS CONSAGRATION OF A NEW STATE CAPITAL

Eduardo Gusmão de Quadros

<eduardo.hgs@hotmail.com>

Doutor em História pela UnB

Prof. Universidade Estadual de Goiás, câmpus Cidade de Goiás, Goiás, Brasil

<http://lattes.cnpq.br/6271285275152113>

Vinicius Almeida Texeira

<viniciusalmeidateixeira@yahoo.com.br>

Graduado em Historia pela PUC Goiás

<http://lattes.cnpq.br/7381561480035735>

#### RESUMO

O presente artigo tem como objetivo entender o processo simbólico exercido na representatividade das primeiras missas de Goiânia. A união de Dom Emanuel e Pedro Ludovico foi resultado de um processo de união simbólica para atender a fins políticos e religiosos. O artigo inicia abordando a construção de Goiânia, concebida como uma cidade moderna, planejada dentro do projeto varguista da Marcha para o Oeste. Enfocamos as três primeiras missas, destacando-se a terceira missa oficial pois neste momento o bispo Dom Emanuel e o Interventor Pedro Ludovico reúnem-se para sua celebração. Este momento pode ser caracterizado como um evento de poder simbólico relevante devido aos campos de interesses colocados em jogo. Utilizando de notícias vinculadas por periódicos da época, percebemos que a união entre o representante máximo do catolicismo em Goiás e o representante político foi direcionada para criar um imaginário de paz entre as duas esferas da governamentalidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Modernidade; Poder Simbólico; Estado; Igreja Católica.

#### ABSTRACT

This article studies the symbolic process of representativeness in the first catholic celebration in Goiânia. We defend that the union of Bishop Emanuel Gomes de Oliveira and Mr. Pedro Ludovico Teixeira was the result of a symbolic process of union with political and religious purposes. The article starts describing the construction of Goiânia, a new political center. It was designed as a modern city, planned within the "March to the West" project of President Getúlio Vargas. We focused on the first three masses, especially on the third official celebration, because Bishop Oliveira and Governor Teixeira met on its conclusion. This moment can be characterized as a symbolic event due to interests at stake.

**KEYWORDS:** Modernity; Symbolic Power; State; Catholic Church.



A cidade de Goiânia foi a concretização de um projeto maior intitulado de *Marcha para o Oeste*. Este projeto foi intentado por Getúlio Vargas com sua execução durante seus

primeiros quinze anos de governo. Com objetivo principal de progresso, de modernização e de povoamento do oeste brasileiro, este projeto era galgado em um sonho político utópico. A construção de Goiânia seria um marco, também, para superar as velhas oligarquias, manobra política tão almejada por Pedro Ludovico, e consequentemente incluir o Estado goiano na economia nacional. Deste modo, vale a pena ressaltar que:

O imperativo maior, por certo, era de natureza capitalista e visava a uma maior inserção de Goiás no mercado econômico nacional; o novo centro político deveria ser capaz de dinamizar a economia do sul e sudoeste de Goiás. Concretizava-se a estratégia política de Pedro Ludovico Teixeira para se afirmar no poder e dar ao estado de Goiás uma dimensão de modernidade que apagasse da memória as imagens de decadência e atraso. (CHAUL, 2010, p. 247).

Todavia, o intento de acabar com o antigo e romper com as velhas oligarquias implica em um processo de construção do novo. Neste processo, uma nova cidade, cidade que viria responder as expectativas de Pedro Ludovico para governar; um lugar que faria Goiás ser incluído na economia e na política nacionais; em síntese, um lugar novo que sintetizasse o novo projeto revolucionário implantado em 1930. Além de, é claro, sob uma perspectiva política, ser um projeto burguês, ali seria implementado um novo modo de viver, um modelo de urbanização moderno, permeado da vida mais agitada, mais rápida e mais nervosa.

Seguindo Georg Simmel em seu estudo clássico, lembramos o fundamento psicológico sobre o qual se eleva o tipo das individualidades da cidade grande é a intensificação da vida nervosa, que resulta da mudança rápida e ininterrupta de impressões interiores e exteriores. (SIMMEL, 1995, p. 578).

Esse novo modelo de vida, nos leva a considerar, tal como afirma Simmel, que a cidade é um local para além das trocas econômicas. As grandes cidades sempre foram, prioritariamente, o lugar da economia monetária, até porque a multiplicidade e concentração da troca econômica dão ao meio de troca uma importância que não existiria na escassez da troca no campo (SIMMEL, 1995, p. 578). Mas as trocas acarretam em uma nova sociabilidade, novos valores, enfim, uma nova cultura.

O conceito de cidade moderna, concretizada em Goiânia, favorece a ausência de contato íntimo, a individualidade de modo bem mais demarcado, à frieza interpessoal, que nem sempre pode ser preenchida pela economia monetária. Criando uma situação muito corriqueira

nos centros urbanos, a vida fica em função do tempo rápido, a busca intensa dos bens materiais e, talvez, até uma involução da intelectualidade reflexiva. Isso ocorre de tal modo que grandes instituições se sobreporão à individualidade, e dentre essas instituições estão o Estado e a Igreja.

O governo estadual em de Goiás estava com o interventor Dr. Pedro Ludovico, que utilizava dos recursos governamentais para impor a sua vontade política e econômica. Ele tornou-se uma das figuras mais articuladas e representativas que o estado de Goiás presenciou. Mesmo antes da mudança da capital, mesmo antes de sua carreira política, Ludovico já demonstrava sua ambição pelo poder e pela mudança:

O terror tomava conta da velha capital. Cartazes do governador eram pregados nas residências dos antimudancistas. Pelo poder da força de seus soldados, Pedro Ludovico Teixeira estabelecia o pânico e censurava as tipografias. O jogo político não era para ser disputado, era para ser vencido, não importando os meios. Era Pedro Ludovico Teixeira se adiantando ao Estado Novo (CHAUL, 2010, p. 249).

No processo de manobra política de transferência da capital, Ludovico utilizou técnicas coronelísticas para afirmar seus intentos, o que nos leva a entender que a transferência foi condicionada. Ludovico fez nascer uma capital inviabilizando a cidade de Goiás, transferiu os estabelecimentos da velha capital para Goiânia, e como se jogasse uma pá de cal no processo, transfere o Liceu para Goiânia, que era o principal símbolo de reconhecimento da cidade, pois, os principais políticos das velhas oligarquias estudaram no estabelecimento. Com tais práticas Ludovico condicionaria o surgimento de Goiânia, e inviabilizaria a existência da cidade de Goiás como centro decisório. Quem mudava a capital, assomava-se de prestígio e de poder de barganha. Com condutas semelhantes aos seus antecessores do executivo, podemos dizer que essa prática levou Pedro Ludovico a assemelhar-se aos antigos coronéis das oligarquias tradicionais de Goiás, com as quais combatia.

## **PEDRO LUDOVICO E DOM EMANUEL: TENSÕES IGREJA E ESTADO**

Na política de Goiás, temos um impasse que perpassa a história do Estado, uma espécie de “rixa”. Ora é perpassada pela política, ora perpassada pelo campo religioso. O cerne desta dualidade apresenta-se na documentação examinada referente aos anos 30.

Devido a uma promessa feita pelo Dr. Brasil Caiado para a igreja católica, que foi presidente de Goiás antes da Revolução de Trinta, ocorreu um curioso episódio acerca da construção da Catedral de Goi[as]. Assim ele foi narrado pelo Cônego Trindade:

Na presidência do Dr. Brasil Caiado foi votada uma verba, naquele tempo valiosa, de cem contos. Com o advento, porém da revolução de Trinta, foi esta verba injustamente sonegada e desapareceu no rol das promessas de politicagem (SILVA, 2006, p. 458).

Quando analisamos o excerto, percebemos o desconforto que se sente nas relações de Pedro Ludovico com Dom Emanuel, pois a referida verba, tão esperada pela arquidiocese de Goiás para a conclusão da imponente igreja nunca chegou. O arcebispado passava por situação crítica, sendo necessárias várias manobras de Dom Emanuel para a sua reestruturação econômica. Não é pelo fato de que quem prometeu a verba não estar mais no poder, e agora como interventor tomara posse, que as regras do jogo mudaram. A verba tinha um importante destino e não poderia ser assim desfeita.

O Dr. Pedro Ludovico não era um homem que se podia chamar de “católico de missa”. Este era maçom, do 33º grau, e quando assumiu o Estado, a ascendência protestante e maçom na nova capital, Goiânia, foram grandes. Esse fato pode ser explicado pela cidade ser nova, com ares modernos. Por ser uma cidade nova, oferecia várias oportunidades de emprego, sobretudo na construção da nova capital, e é comum que tais grupos minoritários sejam atraídos, de forma que seus representantes afixaram-se na nova cidade para trabalhar. No caso protestante, de modo específico, seu estabelecimento veio com os operários da construção civil, que viam em Goiânia buscando uma possibilidade de melhorar de vida. Mas o que nos compete analisar no momento são as divergências presentes na relação Estado e Instituição Católica.

Com o advento da modernidade a individualização se tornou muito presente devido às influências do capitalismo. Então, segundo Danièle Hervieu-Léger (2008), transmitir uma religião é também uma transmissão de cultura, de símbolos, de ritos, de códigos, de *habitus*. A prática da transmissão religiosa feita pelo catolicismo apresenta-se por meio da catequese, que é o momento onde se ensina os símbolos, doutrinas e ritos católicos visando que seus fieis não entrem para as estatísticas daqueles deixaram o grupo ou que praticam a *bricolagem da fé* apontadas pelos estudos recentes da sociologia religiosa (HERVIEU-LEGER, 2008). Ou seja, o ato de ser deve estar intimamente ligado ao pertencer. Existem aqueles considerados católicos não

praticantes, que nunca frequentam as missas, porém quando questionados consideram-se católicos (HERVIEU-LÉGER, 2008, pg. 42). Uma expressão muito comum no mundo moderno é a de religioso não praticante, que filtra e escolhe seus caminhos de modo particularizado.

Com as divergências entre Dom Emanuel de Oliveira e Pedro Ludovico, ocorreu um processo de maior diversidade na situação religiosa de Goiânia. As desavenças entre os dois representantes concorrem para uma fissura no campo religioso goiano, pois sendo o Dr. Pedro era maçom, ele não frequentava missas regularmente, guardava seu modo particular de crer e defendia a tolerância. Sua relação com a religião predominante do estado era muito mais política do que de fé íntima.

O interventor de Goiás encontrava na religião uma oportunidade de reafirmar sua presença na capital, o que foi representado pela terceira missa de Goiânia. Naquele momento ressurgiu claramente uma união simbólica entre Dom Emanuel e Pedro Ludovico em prol de fins e bens distintos. O arcebispo desejava o investimento e ajuda do Estado nos problemas financeiros da arquidiocese, que passava por uma situação de extrema escassez financeira. Já o interventor, desejava obter maior apoio popular através das ações do clero, muito influente nas camadas populares.

Podemos chamar o impasse inicial de um início de laicização de fato da nova capital, que já demonstrava em seus primeiros anos de vida uma fissura no campo religioso. Compreende-se que o Brasil já era declarado um Estado laico desde a passagem do Império para a República, em 1889, porém, a religião católica ainda possuía muitas vantagens oficiais, além da grande aceitação popular, bem maior que com os outros movimentos religiosos.

Conseguimos entender que a modernidade tem como característica eminente a individualização que o levará o homem a procurar práticas que lhe proporcione o prazer individual. Com isso, o ser humano deixa de procurar abrigo na religião e vai buscando abrigo em outros níveis da esfera social, como, por exemplo, os templos de consumo. Na cidade moderna, a vida deve ser guiada pelo consumo, substituindo o simples desejo pelo querer, como ensina Bauman (2001, p. 97-98).

Tal individualização leva a uma característica religiosa trabalhada pela socióloga francesa Hervieu-Léger em sua obra *O peregrino e o convertido: A religião em movimento* (2008). Ela afirma que o indivíduo torna-se autônomo em sua fé. Sendo o homem governador de sua

própria vida, levando-o a crer que não mais necessita de uma instituição religiosa para auxiliá-lo no contato divino. O indivíduo constrói seu próprio sistema de fé, este torna-se “*cristão à sua maneira*”.

A *bricolagem da fé* seria algo maléfico para o catolicismo, que precisava estabelecer raízes na nova cidade de Goiânia. A instituição perdera sua influência política e não conseguia ter a mesma representatividade de outrora. Seria necessário um novo modo de gestão religiosa, que no caso de Goiânia foi tentado através da aproximação simbólica das esferas religiosa e política.

Quando ocorreu a primeira missa de Goiânia, datada de 27 de maio de 1933, Dom Emanuel permitiu que o padre redentorista Conrado Kolmann a celebrasse, mas o bispo não esteve presente. Na segunda missa, dia 24 de outubro de 1933, deixou outro padre redentorista, o padre Agostinho Polster, realizá-la, ainda sem vir. Deste modo, demonstrava seu desgosto em participar dos rumos decisórios que nasciam com a nova capital; sua ausência nas primeiras missas demonstra que não tem interesse em fazer alianças entre a diocese e o interventor do estado. A imagem da primeira missa demonstra a rusticidade do evento:

**FIG. 1** - Primeira Missa de Goiânia de 27 de Maio de 1933. Acervo digital do IPEHBC.



Percebemos que a divergência entre igreja e Estado é de certo modo atenuada quando ocorreu a celebração da terceira missa de Goiânia, no ano de 1935. Daí em diante, há uma reaproximação das duas esferas. Essa reaproximação não foi por acaso, pois o arcebispo de Goiás compareceu na terceira missa, que celebrava especificamente o lançamento da pedra fundamental da Igreja de Nossa Senhora Maria Auxiliadora, na atual Praça do Cruzeiro. Naquele sítio seria construída a catedral de Goiânia. Daí em diante, começou a ficar mais evidente o lado político do arcebispo.

Todavia, Dom Emanuel passou para a história, segundo Trindade, como o *Bispo da Providência*, pois nos momentos de dificuldade financeira do seminário católico, o Bispo sempre cria que a Providência Divina iria acorrer e suprir as necessidades básicas:

A providência Divina resolverá tudo”, razão por que assinalamos como característica toda especial do sétimo bispo de Goiás, ser ele o bispo da Providência. Nas horas de dificuldades financeiras, da pobreza do meio e as suas consequentes necessidades, e de clamores desse ou daquele vigário zeloso, recorre sempre, qual outro Cottolengo, à Divina Providência, que a tudo assiste e provê. E por isso o seu fecundo episcopado transcorre de vitória em vitória em face dos problemas (SILVA, 2006, p. 445.).

A arquidiocese passou por situações econômicas críticas na década de Trinta. O seminário Santa Cruz era mantido pela arquidiocese e estava quase para fechar as portas. Por ser um “filho de Agostinho” e valorizar a educação religiosa, essa causa era fundamental para o arcebispo. Depois de reorganizar financeiramente a instituição, Dom Emanuel, inclusive, passou a ser conhecido como o bispo da provisão.

Por encontrar-se em uma situação delicada, o arcebispo apareceu na terceira missa, e em outros eventos políticos, a partir de então. Isso nos revela que havia interesse nos eventos, na busca de alianças e também de equacionar as questões político-econômicas. Um sinal importante desse processo foi quando Getúlio Vargas veio a Goiânia, em 1940, para simbolizar a vitória da Marcha para o Oeste. Todos se sentam juntos à mesa no Palácio das Esmeraldas para recepcionar o presidente, destacando-se a proximidade do Dr. Pedro Ludovico Teixeira com Dom Emanuel.

## O PODER SIMBÓLICO DA TERCEIRA MISSA DE GOIÂNIA

Se sabe que no processo de transição do Segundo Império para a República, a Igreja Católica perdeu sua influência na política estatal, deixando de ter o prestígio político que tinha antes e que se esperava em uma instituição de tal importância para o povo brasileiro.

Com a perspectiva de retomar o prestígio e o poder sob as mãos católicas, observa-se uma aproximação mais intensa dos dois poderes desde a missa inaugural de Goiânia, ocorrida em 27 de maio de 1933. A segunda missa foi realizada no lançamento da pedra fundamental de Goiânia, no dia 24 de outubro do mesmo ano. Porém, nestes dois episódios o Arcebispo de Goiânia Dom Emanuel ausentara-se das cerimônias, como já anunciamos. Tudo indica que sua



eminência ainda estava magoada pelo fato de no momento da escolha do lugar da construção da nova capital, Dom Emanuel tinha defendido explicitamente sua preferência pela cidade de Bomfim. Apesar de ser presidente da Comissão de estudos para a transferência da Capital, sua voz fora silenciada.

Na verdade, segundo Jales Guedes Coelho Mendonça, a comissão já possuía uma região previamente escolhida, antes mesmo de começar as visitas e avaliações da comissão para isso designada:

No Estado há quem opine pela construção nas terras do município de Campinas, onde todos os fatores são favoráveis, inclusive o de transporte, dada a proximidade da Estrada de Ferro de Goiaz (MENDONÇA, 2013, p. 295).

A nova capital seria em uma região próxima a Campinas, pois lá não havia concorrência política à altura do Dr. Pedro Ludovico. Para justificar sua decisão foi confeccionado o Memorial Haas, que foi o primeiro estudo técnico de que se tem notícia sobre a mudança da capital. Elaborado pelo engenheiro civil Carlos Haas, fica claro que decisão pela região próxima a Campinas também foi uma decisão econômica e comercial, pois “a aceitação de um local sulista como Bonfim ou Morrinhos equivaleria a uma condenação à morte do norte do estado.” (MENDONÇA, 2013, p. 278).

Também era preciso desclassificar a Cidade de Goiás, já que, como se sabe, sua elite política era uma força ameaçadora para o novo grupo capitaneado pelo Dr. Pedro. A “velha” Goiás foi classificada como “insalubre, insanável, inacessível para os meios de transporte e indefensável contra uma invasão eventual” (MENDONÇA, 2013, p. 275).

Depois da Revolução de Trinta, o principal nome que se cogitava para tornar-se governador do Estado, em oposição a Dr. Pedro e seu grupo, seria o bispo Dom Emanuel. As divergências entre ambos eram publicamente conhecidas, portanto. Como cita Mendonça:

Nesse momento em que todos os elementos de Goiaz pensam em D. Emmanuel para presidir os destinos do Estado, no regime constitucional, o ato do Sr. Interventor goiano foi recebido como um hábil descortino, pois o interventor goiano sabe que as correntes poderosas do Estado de Goiaz, apoiarão incondicionalmente D. Emmanuel, tal grandiosidade da tal obra de educação no Estado, a par de suas virtudes sacerdotais. (MENDONÇA, 2013, p. 335)

Então, a transferência precisava se dar por um ato político de extrema destreza do Interventor Pedro Ludovico. Diante das ameaças políticas, dos conflitos despertados com a transferência a capital, o interventor busca o local mais neutro politicamente para se instalar.

Entretanto, com o intuito de aproximar-se novamente do Estado, e talvez vendo que a oposição se enfraquecia, o arcebispo comparece para ministrar as bênçãos divinas para a nova capital que se erguia onde ele não queria.

O caráter simbólico desta terceira missa nos traz a mente as noções de Pierre Bourdieu. Este autor nos ensina que a religião é um veículo simbólico que consegue mover as massas de forma muito peculiar, pois consegue transformar o poder mítico em poder político, sendo que o poder religioso é usado de forma muito eficaz para conservação da ordem, para a “legitimação do poder dos dominantes” e para a “domesticação dos dominados” (2012, p. 32). Podemos lembrar o quão importante foram as religiões no desenvolvimento de cidades, tema conhecido e aprofundado desde o estudo clássico de Fustel de Coulanges, escrito nos finais do século XIX (COULANGES, 2006).

O intuito da criação de Goiânia era que esta se tornasse uma grande cidade, um marco de desenvolvimento e uma expressão da modernidade gestada por Getúlio Vargas. Então. Dr. Pedro acaba buscando o poder religioso para legitimar sua condição de representante político hegemônico, como fizera antes ao indicar Dom Emanuel como presidente da comissão que decidiria o local da nova capital. Ele usa a figura de quem poderia ser um de seus principais adversários para seu benefício político. Em contrapartida, D. Emanuel aproveitou um momento oportuno para sacralizar Goiânia. Este incorpora a figura da benção divina para conseguir novamente o espaço católico na nova capital, o que nos mostra que o Arcebispo também era hábil em suas articulações e no manejo dos interesses da política.

A partir do momento em que realiza-se a terceira missa, cria-se o imaginário de que Goiânia tornava-se uma cidade abençoada por Deus. Claro, o representante religioso máximo da igreja havia benzido e celebrado uma missa em louvor a Nossa Senhora Maria Auxiliadora. Para os fiéis, Deus estaria em concordância com aquele ato simbólico, e consequentemente, com o representante político que estava presente também na cerimônia. O rito indicava a harmonia com o representante religioso, uma relação de mútua cooperação naquele projeto ambicioso para o futuro. A nosso ver, os dois saíram com vantagens com a nova situação de aproximação. Para a

população em geral, os dois representantes agora conversavam, davam as mãos e trabalhavam para o desenvolvimento tanto da arquidiocese quanto do estado de Goiás.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos que o processo de construção de Goiânia foi um episódio de muitas disputas políticas e ideológicas, disputas que permeavam o campo do religioso, com toda sua força de penetração e convecimento das camadas populares.

Na maioria dos casos, um líder religioso tornar-se um símbolo para os fiéis. Sua autoridade, gestos e falas são considerados uma referência a ser seguida pelos seguidores. Dr. Pedro Ludovico, como político habilidoso que foi, conhecedor da influência que a religião exerce sobre a sociedade, propôs a união simbólica com a igreja, mas isso somente foi representado pela celebração da terceira missa na futura capital de Goiás. Com a pessoa de Dom Emanuel, ele tentou, mesmo depois das desavenças com o arcebispo, montar um campo de representatividade simbólica que lhe favorecesse, legitimasse e obtivesse aprovação popular para o novo grupo hegemônico da liderança do estado.

Obviamente, o arcebispo, que também era um bom “político”, mesmo sem ter concorrido a cargos administrativos no Estado, viu naquele instante uma boa oportunidade de conseguir retirar a arquidiocese da situação econômica crítica que passava e garantir espaços de inserção no projeto social que se implantava após a Revolução de Trinta.

De todo modo, a união destas duas figuras públicas mostra que Dom Emanuel e Pedro Ludovico precisavam deste encontro público para alcançarem seus objetivos. O encontro do religioso com o político é caracterizada por uma dualidade simbólica, presente nas relações de poder. Desta forma, finalizamos esta explanação sobre um pequeno episódio dos primórdios da história da cidade de Goiânia, mas que possui grande significação para que a capital de Goiás se tornasse o que ela é hoje.

## REFERÊNCIAS

ARAUJO, Edson Domingues de Araújo Junior. *Entre a tradição e a modernidade: as bênçãos da Igreja Católica à construção de Goiânia (1932-1942)*, disponível em:

[https://pos.historia.ufg.br/up/113/o/Edson\\_Domingues\\_de\\_Araujo\\_Junior.pdf](https://pos.historia.ufg.br/up/113/o/Edson_Domingues_de_Araujo_Junior.pdf)

BAUMAN, Zygmund. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar. 2001.

BOURDIEU. Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. 7ª Ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

BOURDIEU. Pierre. *O Poder Simbólico*. 16ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CHAUL, Nasr F. *Caminhos de Goiás*. Goiânia: Editora UFG, 1997.

COULANGES, Fustel. *A cidade antiga*. São Paulo: Martin Claret, 2006.

HERVIEU-LÉGER, Danièle. *O Peregrino e o Convertido: A religião em movimento*. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

HERVIEU-LÉGER, Danièle. *Producciones Religiosas de la Modernidad*. Buenos Aires: Editora Colihue, 2008.

IPEHBC – Foto da primeira missa de Goiânia 27 de maio de 1933. Acervo digital.

MENDONÇA, J. G. Coelho. *A invenção de Goiânia: o outro lado da mudança*. Goiânia: Editora Vieira, 2003.

SILVA, Cônego José Trindade da Fonseca e. *Lugares e Pessoas – Subsídios eclesiais para a história de Goiás*. 2ª ed. Goiânia: Editora da UCG, 2006.

SIMMEL, Georg. *As grandes cidades e a vida do espírito*. 1903 - disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93132005000200010&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93132005000200010&script=sci_arttext)



*Submissão: 17 de junho de 2015*  
*Avaliações concluídas: 06 de agosto de 2015*  
*Aprovação: 23 de março de 2017*

#### COMO CITAR ESTE ARTIGO?

QUADROS, Eduardo Gusmão; TEIXEIRA, Vinícius Almeida. O Poder Simbólico Na Política De Goiás: A Consagração Religiosa Da Nova Capital. *Revista Temporis [Ação]* (Periódico acadêmico de História, Letras e Educação da Universidade Estadual de Goiás). Cidade de Goiás; Anápolis. V. 17, N. 01, p. 181-193 de 415, jan./jun., 2017. Disponível em:

<<http://www.revista.ueg.br/index.php/temporisacao/issue/archive>> Acesso em: < inserir aqui a data em que você acessou o artigo >